



Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

30 de junho de 2015 e 2014

Grupo Rendimento

Com Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas do
Conglomerado Prudencial



Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos aos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014.

Cenário Econômico

O início do primeiro semestre foi marcado com a atividade econômica mais fraca do que esperado tanto no Brasil quanto nos EUA e China. Na Europa o foco permaneceu no campo político com a reestruturação da dívida da Grécia.

A forte desaceleração da economia americana no primeiro trimestre não altera o cenário de expansão para este ano. A queda da atividade nos primeiros meses do ano foi ocasionada, em grande parte, pelo inverno atipicamente rigoroso e pela paralisação dos portos na costa oeste, sinalizando fatores transitórios. Os fundamentos que sustentam a demanda privada continuam robustos, o consumo das famílias deverá ser suportado pelo forte crescimento da renda real, a elevada taxa de poupança e a confiança do consumidor e a melhora no mercado de trabalho. Como a economia mostrou dados melhores no segundo trimestre, o FED deverá subir a taxa de juros no final deste ano e a nossa projeção de crescimento do PIB americano é de 2,5% em 2015.

Na Zona do Euro, os dados econômicos divulgados apontam para uma recuperação da atividade. O impulso fiscal menos contracionista, a depreciação da moeda, a melhora do crédito, o consumo em expansão e uma política monetária mais acomodatória contribuem positivamente para um cenário de expansão nos próximos meses e nossa projeção é um crescimento do PIB em torno de 1,5% em 2015.

Na China, os dados de atividade mostram que a economia permanece desacelerando. O Banco Central Chinês promoveu quatro cortes na sua taxa de juros desde novembro do ano passado e encerrando na taxa de 4,85% no final de junho/15. A inflação baixa, condições financeiras apertadas e a demanda mais fraca mostram que mais estímulos são necessários para estabilizar o crescimento, o BC chinês deverá manter a política de expansão a oferta de moeda e mitigar os efeitos negativos sob as expectativas decorrentes da forte correção que ocorreram nas bolsas do país.

No cenário doméstico, os fundamentos macroeconômicos continuam em deterioração. O PIB do primeiro trimestre recuou 0,2% em relação ao trimestre anterior, puxado pelo desempenho negativo da indústria e de serviços, bem como pelo recuo das famílias e dos investimentos. A demanda doméstica tem dado claros sinais de desaquecimento, do lado das famílias, a renda disponível vem sofrendo com a correção de preços administrados e com a piora do mercado de trabalho, do lado das empresas, com crédito mais restrito, nível de confiança extremamente deprimido e investimentos em baixa. Neste contexto, uma queda do PIB este ano é esperada e a nossa projeção é de uma retração de 1,7%. Apesar da atividade fraca, a inflação segue elevada. A forte correção de preços administrados (energia elétrica e transporte público) e a elevação de alguns impostos implicaram em uma forte pressão inflacionária.

Na política monetária, o Banco Central continuou o ciclo de aperto monetário, com quatro ciclos de altas de 0,5%, encerrando o semestre com a taxa Selic em 13,75% a.a. O Copom sinaliza que o BC continuará vigilante para garantir a convergência da inflação. Para 2015, o IPCA deverá superar o teto da banda inflacionária e a nossa projeção é de fechar o ano em 9,15% pressionada pelos preços administrados, recomposição de alguns impostos e o impacto da desvalorização cambial. Acreditamos que o fim do ciclo de aperto está próximo e o Banco Central deve promover apenas alguns ajustes adicionais e a taxa Selic deverá encerrar entre 14% - 14,50% a.a. em 2015.





Histórico

O Banco Rendimento S/A destaca-se por sua atuação consolidada em operações de câmbio, como um dos maiores fornecedores de moeda estrangeira, em espécie, para instituições financeiras e outros agentes autorizados pelo Banco Central do Brasil a operar nesse segmento.

No mercado primário de câmbio mantém estrutura organizada para o atendimento às pessoas físicas, empresas e outras entidades jurídicas em operações de compra e venda de moeda estrangeira, de natureza comercial – importação e exportação – e financeira, tais como investimentos no país e no exterior, empréstimos internacionais, transferências unilaterais e serviços. O atendimento à clientela é diferenciado das demais instituições financeiras, por contar com a atenção e orientação especializada de nossos funcionários, dada a complexa regulamentação cambial, do capital estrangeiro e das regras tributárias incidentes.

Em crédito, o Banco Rendimento S/A concentra suas operações no segmento de Middle Market, atendendo empresas com faturamento anual da ordem de 40 a 500 milhões de reais e, em menor escala, operações de CDC relacionadas ao turismo, financiamento de taxas veiculares e atividade educacional.

Nos últimos anos ocupou posição relevante na área de serviços, relacionados à arrecadação de tributos de veículos automotores, intermediados pelo segmento de despachantes documentários. Através da instituição de pagamentos Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda., empresa integrante do Conglomerado Rendimento, o banco atua como distribuidor dos cartões pré-pagos, em moeda estrangeira, VTM – Visa Travel Money, um dos mais tradicionais do mercado.

Índice da Basileia

Conforme disposto na Resolução 4.193, de 01.03.2013, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR e de Capital Principal Nível I), demonstramos abaixo o comportamento do índice de Basileia, apurado no primeiro semestre de 2015, apresentando-se com relativa margem de suficiência, o que se evidencia a regularidade no enquadramento, do Conglomerado Rendimento, aos atuais 11%, definidos pelo referido Órgão regulador.

2015	Patrimônio de Referência	Patrimônio de Referência Exigido (RWA)	Índice Basileia
Janeiro	219.808	166.902	14,49%
Fevereiro	221.005	157.782	15,41%
Março	223.099	145.941	16,82%
Abril	226.116	153.891	16,16%
Maio	226.363	153.343	16,24%
Junho	226.723	157.645	15,82%
Média			15,82%

Controles Internos, Riscos e Governança Corporativa

O Grupo Rendimento mantém estrutura de Governança Corporativa, Controles Internos e Riscos, em total aderência às exigências do CMN e do Banco Central do Brasil, abrangendo as Áreas de Compliance, Riscos de Mercado, Operacional, Liquidez, Crédito, Responsabilidade Socioambiental, Segurança da Informação e Auditoria Interna, com procedimentos de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo.

As atividades de controles internos são de responsabilidade das unidades de Governança Corporativa e Auditoria Interna do Conglomerado Rendimento. Estão subordinadas ao Diretor Superintendente e segregadas das áreas comprometidas com resultados bem como daquelas responsáveis pelas atividades de suporte, obtendo com isso maior eficiência nas ações preventivas e prudenciais.





A gestão de riscos e de controles internos envolve um conjunto integrado de ações e procedimentos que tem por objetivo mitigar possíveis perdas em operações de crédito e câmbio, bem como subsidiar a gestão de liquidez da organização, evitando o descasamento de prazos com captações. Tais atividades e procedimentos encontram-se disciplinados em normativos internos do Conglomerado Rendimento e mantém conformidade com leis e regulamentos emanados pelo CMN e BACEN.

Esses mecanismos de gestão são essenciais para a otimização na utilização do capital e obtenção da melhor relação Risco x Retorno aos seus acionistas, através da seleção das melhores oportunidades de negócios. Periodicamente são realizadas reuniões dos comitês, responsáveis pela divulgação das políticas gerais, visando maior eficiência da gestão e avaliação consolidada dos riscos.

Risco Operacional

O Conglomerado Rendimento em atendimento às exigências da Resolução 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional, implementou estrutura para gestão do risco operacional, com elaboração de Política Institucional e de procedimentos para detecção e avaliação de eventos que possam causar perdas, tais como: fraudes; descontinuidade de negócios; falhas de tecnologia da informação e processos inadequados.

Para a gestão do risco operacional, a organização prioriza a utilização de ferramentas e procedimentos preventivos, ante os mecanismos de natureza reativa, visando com isso minimizar a ocorrência de eventos de risco operacional e consequentes perdas.

A alocação de capital regulamentar, para suportar eventuais perdas em eventos de risco operacional, é calculada de acordo com a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada, prevista na Circular 3.640/13, do Banco Central do Brasil.

Risco de Mercado e Liquidez

O Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez, no Conglomerado Rendimento, é realizado em conformidade com as disposições das Resoluções 3.464/07 e 4.090/12, do Conselho Monetário Nacional.

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado tem por finalidade identificar, monitorar e controlar os riscos associados às perdas decorrentes da flutuação nos valores de mercado, nas posições detidas pelo Conglomerado Rendimento. Esta gestão envolve principalmente os riscos das operações sujeitas à variação cambial e de taxas de juros.

O monitoramento do risco de liquidez consiste em avaliar a impossibilidade da instituição de honrar, eficientemente, suas obrigações correntes e futuras sem, contudo, afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Com base nesses controles são observados os fluxos ativos e passivos, através de modelo interno estabelecido em política, que visa identificar, pelo Patrimônio de Referência, o grau de alavancagem de crédito e de outras posições operacionais para se estabelecer a margem ou insuficiência de liquidez.

O Comitê de Tesouraria e Liquidez é realizado semanalmente com as presenças do Diretor Superintendente, da Tesoureira e de outros profissionais da organização, com o objetivo de se analisar cenários de mercado e principalmente definir as estratégias de captação e aplicação de recursos.

Risco de Crédito

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito deve possibilitar a identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

A gestão de Risco de Crédito encontra-se estruturada em conformidade com a Resolução 3.721/09, do CMN, sob a responsabilidade da Diretoria de Riscos e Compliance que executa atividades segregadas das unidades de negociação e de auditoria interna. Tem como objetivo maximizar a relação risco x retorno de seus ativos, por meio de políticas aderentes às boas





práticas, mantendo-se a qualidade da carteira de crédito em patamares adequados aos segmentos de mercado em que esteja atuando. A estratégia é voltada para a criação de valor para seus acionistas em níveis superiores a um valor mínimo de retorno ajustado ao risco.

O Comitê de Crédito é responsável pela análise das operações do Banco e dos riscos de crédito associados. Esse comitê se reúne de acordo com a Política definida pelo Conglomerado Rendimento e tem por prática deliberar sobre os assuntos pertinentes a Política de Gestão de Risco de Crédito, bem como a aprovação de medidas corretivas e de planos de ação para minimizar possíveis riscos.

Política de Deferimento de Crédito

A política de concessão de crédito, adotada pelo Banco Rendimento S/A, fundamenta-se na exigência de garantias compatíveis com o risco de contraparte e pela seleção de clientes tomadores idôneos e que apresentem capacidade financeira. As operações são realizadas com agilidade, segurança, evidenciando qualidade, liquidez e rentabilidade na aplicação dos ativos.

O processo de tomada de decisões e definição da política de crédito, do Banco Rendimento S/A, garante maior eficiência nas ações de crédito e otimização das oportunidades de negócios. Para a concessão de crédito, tanto no varejo como no atacado, as decisões são tomadas de acordo com os limites de alçada e análise econômico-financeira do cliente, premissas que garantem a criteriosa observação do risco das operações.

Responsabilidade Socioambiental

A estrutura de gestão do Risco Socioambiental visa estabelecer princípios, diretrizes e procedimentos para a implementação, nas empresas do Conglomerado Rendimento, da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), bem como definir as ações de natureza socioambiental nos negócios e nas relações com o mercado, clientes, fornecedores e público interno, nos termos definidos pelo Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução 4.327, de 25.04.2014.

A estratégia para a aplicação de medidas socioambientais na organização consistiu na adoção de duplo objetivo, quais sejam: a) agregar às práticas atuais de governança, ações de sustentabilidade e de responsabilidade socioambiental no ambiente interno, contemplando as atividades de negócios e serviços bancários explorados e b) avaliar o “risco socioambiental” na relação com clientes e fornecedores, visando à adoção de procedimentos que anule ou reduza a incidência de tal risco.

À Diretoria de Riscos e Compliance cabe a definição de políticas, medidas estratégicas, estabelecimento de responsabilidades e acompanhamento do cumprimento das obrigações legais previstas para a PRSA.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

O Grupo Rendimento mantém estrutura, para avaliação e gerenciamento do capital regulamentar, em conformidade com a Resolução 3.988/11, do CMN, compatível com os riscos dos negócios e alavancagem dos respectivos portfólios. São realizadas projeções do índice de Basileia, para períodos trienais, com a previsão de fontes para manutenção do nível de capital, em patamares confortáveis acima do mínimo exigido pelas autoridades reguladoras. Toda a estratégia da organização está registrada no Plano Trienal de Capital aprovado pela diretoria, o qual é submetido a processo anual de acompanhamento e revisão.

O Plano de Capital do Conglomerado Rendimento foi elaborado no primeiro semestre de 2015 e contempla o triênio 2015 a 2017, com projeções de receitas, despesas e das posições patrimoniais, estimando-se a compatibilidade futura do índice de Basileia. É realizado monitoramento contínuo, a fim de se observar a capacidade do Patrimônio de Referência, em períodos futuros, de suportar todos os riscos que possam envolver os negócios do Conglomerado Rendimento, bem como a consistência da política institucional para provisão do capital em níveis superiores aos requeridos legalmente.





Prevenção à "Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo"

O Conglomerado Rendimento conta com instrumentos de controle e acompanhamento, nas operações realizadas com clientes e parceiros, a fim de evitar e combater a "lavagem" de dinheiro oriunda de atividades ilícitas, inclusive aquelas ligadas aos casos de corrupção e terrorismo, através de seus produtos e serviços. Para tanto, possui políticas, processos e sistemas de controle de prevenção à lavagem de dinheiro.

A participação frequente da alta administração na prevenção e detecção à "lavagem" de dinheiro assegura o alinhamento entre as diversas áreas e atividades do grupo, bem como possibilita definir políticas aderentes às melhores práticas internacionais.

A política "conheça seu cliente", o programa de treinamento de funcionários, os processos e sistemas de controles e o monitoramento de operações, permitem a identificação tempestiva de situações atípicas. Após a análise por especialistas os casos são submetidos para deliberação da alta administração, quanto à pertinência de encaminhamento dos casos às autoridades fiscalizadoras competentes, tendo sido ou não realizada a operação. As áreas de negócios do Banco Rendimento S/A são responsáveis, em primeiro nível, por identificar e recusar negócios e operações que considerarem suspeitas ou atípicas, reportando sempre à alta administração.

Segurança da Informação

A política e as normas corporativas contemplam a efetiva proteção dos ativos da informação, constituídos pelas bases de dados dos sistemas, documentos, arquivos com informações extraídas de sistemas e backup de dados, bem como aplicação de controles do framework de Segurança da Informação:

- Controle de Acesso;
- Análise de Vulnerabilidade;
- Criptografia;
- Monitoramento/Compliance;
- Proteção de Tráfego de Informações.
-

Com o objetivo de preservar a total aderência dos controles internos e dos sistemas informatizados, são mantidos programas de treinamento, conscientização e revisões das políticas focadas na proteção dos dados restritos e de interesse exclusivo de clientes, bem como das informações estratégicas da Grupo.

Plano de Continuidade de Negócio

O Banco Rendimento S/A e empresas do Grupo contam atualmente com estrutura para Plano de Continuidade de Negócios (PCN), devidamente aderente às atividades administrativas e operacionais, composta por equipe e gerência preparadas para assegurar que, em momentos de crise, a recuperação e a continuidade dos processos de negócios sejam efetivas, evitando ou minimizando perdas financeiras tanto para as empresas Rendimento como para os clientes.

Ouvidoria

No que tange ao Direito do Consumidor, o Conglomerado Rendimento atende as disposições da Resolução 3.849/10, do CMN. A unidade de Ouvidoria tem como função ser canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais da Instituição, inclusive na mediação de conflitos, bem como propor à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas.

A área de Ouvidoria atua independentemente das áreas de negócios do Conglomerado, proporcionando um relacionamento aberto e provido de imparcialidade da Empresa com Clientes, "Stakeholders" e com o público em geral.

Tal dispositivo atende às manifestações recebidas através do Banco Central do Brasil, Órgão de Defesa do Consumidor, imprensa, cartas, telefones e e-mail.





Audidores Independentes

O Banco Rendimento S/A em consonância com o teor da Resolução 3.198/04, do Conselho Monetário Nacional, não contratou e nem teve serviços prestados pela Ernest & Young Terco Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos.

Agradecimentos

A administração do Conglomerado Rendimento agradece aos nossos clientes e parceiros do mercado financeiro, pela confiança em nós depositada, e o empenho de nossos Colaboradores.

A Diretoria



Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Diretores e Acionistas do
Banco Rendimento S.A.
São Paulo-SP

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Rendimento S.A. (o “Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e outras notas explicativas. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na Nota Explicativa nº 2.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na Nota Explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração do Banco, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as referidas demonstrações estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Rendimento S.A. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras que divulga:

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

O Banco Rendimento S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 12 de agosto de 2015.

São Paulo, 06 de outubro de 2015.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Emerson Morelli
Contador CRC-1SP249401/O-4

BALANÇO PATRIMONIAL
CONSOLIDADO DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
Semestre findo em 30 de junho de 2015 e 2014 (valores expressos em milhares de reais).

Ativo	Notas	2015	2014(*)
Circulante		1.201.515	1.201.764
Disponibilidades	5	384.804	335.087
Disponibilidades		384.804	335.087
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	277.586	191.495
Aplicações no mercado aberto		266.898	174.999
Aplicações em depósitos interfinanceiros		10.688	16.496
Títulos e valores mobiliários	7	1.944	64.860
Carteira própria		1.944	13.104
Vinculados operações compromissadas		-	15.149
Vinculados a prestação de garantias		-	36.607
Relações interfinanceiras		16.864	16.356
Pagamentos e recebimentos a liquidar		14.469	11.598
Créditos vinculados ao Bacen		1.112	856
Relações com correspondentes		1.283	3.902
Operações de crédito	9	311.574	283.223
Setor Privado:		311.574	283.223
Empréstimos e títulos descontados		297.096	273.397
Financiamentos		24.278	29.883
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(9.800)	(20.057)
Outros créditos		189.472	292.554
Carteira de câmbio	10	143.974	235.102
Negociação e intermediação de valores	8c	33	790
Diversos	11a	46.451	59.787
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)		(986)	(3.125)
Outros valores e bens	11b	19.271	18.189
Outros valores e bens		17.126	16.287
Despesas antecipadas		2.145	1.902
Realizável a longo prazo		260.035	215.385
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	35.003	44.639
Aplicações em moedas estrangeiras		35.003	44.639
Títulos e valores mobiliários	7	69.253	-
Carteira própria		41.393	-
Vinculados operações compromissadas		9.245	-
Vinculados a prestação de garantias		18.615	-
Operações de crédito	9	30.608	48.988
Setor privado:		30.608	48.988
Empréstimos e títulos descontados		16.492	34.253
Financiamentos		14.885	16.249
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(769)	(1.514)
Outros créditos		124.580	121.758
Carteira de câmbio	10	-	3.375
Diversos	11a	126.264	119.979
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)		(1.684)	(1.596)
Outros valores e bens	11b	591	-
Outros valores e bens		591	-
Permanente		23.889	26.669
Investimentos		72	72
Títulos patrimoniais		2	2
Outros investimentos		70	70
Imobilizado de uso		17.863	20.711
Imóveis de uso		1.967	1.967
Outras imobilizações de uso		38.862	37.910
(Depreciações acumuladas)		(22.966)	(19.166)
Diferido		141	199
Gastos de organização e expansão		3.973	3.973
(Amortização acumulada)		(3.832)	(3.774)
Intangível		5.813	5.687
Ativos intangíveis - outros		12.090	9.880
(Amortização acumulada)		(6.277)	(4.193)
Total do ativo		1.485.439	1.443.818

BALANÇO PATRIMONIAL
CONSOLIDADO DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
Semestre findo em 30 de junho de 2015 e 2014 (valores expressos em milhares de reais).

Passivo	Notas	2015	2014
Circulante		860.762	865.365
Depósitos	12	291.864	187.524
Depósitos a vista		71.125	35.421
Depósitos interfinanceiros		11.142	20.179
Depósitos a prazo		145.178	83.555
Depósitos em moeda estrangeira		64.419	48.369
Captações no mercado aberto	14	-	5.000
Carteira própria		-	5.000
Recursos de aceites e emissão de títulos	13	11.222	11.345
Recursos de aceites e emissão de títulos - LF		11.222	11.345
Relações interfinanceiras		444	519
Relações Interfinanceiras		444	519
Relações interdependências		37.672	34.338
Recursos em trânsito de terceiros		37.672	34.338
Obrigações por empréstimos	13	9.608	24.745
Empréstimos no exterior		9.608	24.745
Obrigações por repasses no país - instituições oficiais	13	11.965	17.004
BNDES		6.086	8.843
Finame		5.879	8.161
Outras obrigações		497.987	584.890
Cobrança e arrecadação de tributos e semelhantes		10.823	9.140
Carteira de câmbio	10	131.819	225.735
Fiscais e previdenciárias	15a	18.775	22.651
Negociação e intermediação de valores	8c	128	1
Diversos	15b	336.442	327.363
Exigível a longo prazo		384.268	360.092
Depósitos	12	283.195	259.362
Depósitos a Prazo		283.195	259.362
Obrigações por repasses no país - instituições oficiais	13	14.825	16.148
BNDES		8.554	4.607
Finame		6.271	11.541
Outras obrigações		86.248	84.582
Carteira de câmbio	10	-	2.638
Fiscais e previdenciárias	15a	77.422	73.220
Diversas	15b	8.826	8.724
Resultados de exercícios futuros		466	399
Resultados de exercícios futuros		466	399
Patrimônio líquido	18	239.942	217.962
Capital		150.000	85.316
De domiciliados no país		150.000	85.316
Reserva de capital		-	-
Reserva de lucros		42.526	93.277
Ajustes de avaliação patrimonial		52	-
Lucros acumulados		8.047	4.081
		200.625	182.674
Participações de não controladores		39.317	35.288
Total do passivo		1.485.439	1.443.818

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(*) Os saldos do semestre findo em 30 de junho de 2014 estão rerepresentados de acordo com o CPC 23 (Nota 3n).

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO
DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

Semestre findo em 30 de junho de 2015 e 2014 (valores expressos em milhares de reais).

	Notas	1º Semestre	
		2015	2014
Receitas da intermediação financeira		175.598	168.991
Operações de crédito		35.276	31.973
Resultado de títulos e valores mobiliários		22.498	11.420
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(10.722)	(518)
Resultado de operações de câmbio		128.546	126.116
Despesas da intermediação financeira		(41.376)	(30.905)
Captações no mercado	19	(37.639)	(20.013)
Empréstimos, cessões e repasses		(1.329)	(1.186)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(2.408)	(9.706)
Resultado bruto da intermediação financeira		134.222	138.086
Outras receitas/despesas operacionais		(100.623)	(108.294)
Receitas de prestação de serviços	20	37.828	36.122
Despesas de pessoal		(61.539)	(58.967)
Outras despesas administrativas	21	(70.509)	(78.167)
Despesas tributárias		(11.606)	(12.362)
Outras receitas operacionais	22	8.467	13.445
Outras despesas operacionais	22	(3.264)	(8.365)
Resultado operacional		33.599	29.792
Resultado não operacional		260	(1.818)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		33.859	27.974
Imposto de renda e contribuição social		(10.295)	(7.158)
Imposto de renda	16a	(7.069)	(10.028)
Contribuição social	16a	(4.128)	(5.813)
Ativo fiscal diferido	16a	902	8.683
Participações estatutárias no lucro		(1.670)	(1.287)
Lucro líquido do semestre		21.894	19.529
Atribuível aos:			
Controladores		14.260	8.927
Não controladores		7.634	10.602
Total		21.894	19.529

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(*) Os saldos do semestre findo em 30 de junho de 2014 estão reapresentados de acordo com o CPC 23 (Nota 3n).

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

Semestre findo em 30 de junho de 2015 e 2014 (valores expressos em milhares de reais).

	Capital	Reservas de Lucros		Ajustes a valor Patrimonial	Lucros Acumulados	Total Controladores	Participação de não controladores	Total
		Legal	Outras					
Saldos em 31 de dezembro de 2013	85.316	8.313	85.518	-	-	179.147	29.686	208.833
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	8.927	8.927	10.602	19.529
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	446	-	-	(446)	-	-	-
Constituição de reserva especial de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	(1.000)	-	-	(1.000)	(4.500)	(5.500)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(4.400)	(4.400)	(500)	(4.900)
Saldos em 30 de junho de 2014 (*)	85.316	8.759	84.518	-	4.081	182.674	35.288	217.962
Saldos em 31 de dezembro de 2014	85.316	9.481	97.016	-	-	191.813	38.983	230.796
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	14.260	14.260	7.634	21.894
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	52	-	52	-	52
Aumento de capital	64.684	(8.759)	(55.925)	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	713	-	-	(713)	-	-	-
Constituição de reserva especial de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(6.500)	(6.500)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(5.500)	(5.500)	(800)	(6.300)
Saldos em 30 de junho de 2015	150.000	1.435	41.091	52	8.047	200.625	39.317	239.942

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(*) Os saldos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2014 e do semestre findo em 30 de junho de 2014 estão reapresentados de acordo com o CPC 23 (Nota 3n).

**DEMOSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**
Semestres findo em 30 de junho de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro Líquido Ajustado do Período	36.875	41.739
Lucro Líquido do Período	21.894	19.529
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido	14.981	22.210
Ajuste a mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	10.722	(802)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.408	9.706
Depreciações e amortizações	3.154	2.901
Impostos diferidos	(902)	8.683
Provisões/reversões operacional	(401)	1.722
Varição de ativos e passivos	41.441	(62.192)
Redução /(aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(11.433)	11.190
Redução /(aumento) em títulos e valores mobiliários	-	1.677
Redução em relações interfinanceiras - ativo	(15.938)	(11.559)
(Aumento) em operações de crédito	3.011	78.193
(Aumento) /redução em outros créditos	15.794	(104.565)
(Aumento) /redução em outros valores e bens	1.057	(13.418)
Aumento em depósitos	29.600	46.646
(Redução) /aumento em captações no mercado aberto	-	5.000
(Redução) /aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	(11.354)	595
Aumento em relações interfinanceiras - passivo	444	517
Aumento em relações interdependências	15.340	10.562
Aumento /(redução) em obrigações por empréstimos e repasses	8.031	(24.525)
(Redução) em instrumentos financeiros derivativos	-	(930)
Aumento /(redução) em outras obrigações	6.815	(61.403)
Aumento /(redução) em resultado de exercícios futuros	74	(172)
Caixa líquido gerado em atividades operacionais	78.316	(20.453)
Fluxo de caixa aplicado em atividades de investimentos		
Aquisição de títulos e valores mobiliários – disponíveis para venda	(14.974)	-
Alienação de imobilizado de uso	385	-
Redução de diferido e intangível	-	334
Aquisição de Imobilizado de uso	(581)	(2.738)
Aplicações no Intangível	(387)	(1.131)
Caixa líquido (aplicado) em atividades de investimentos	(15.557)	(3.534)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Juros sobre o Capital Próprio pagos	(6.300)	(4.900)
Dividendos pagos	(6.500)	(5.500)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos	(12.800)	(10.400)
Aumento /(redução) em Caixa e Equivalentes de Caixa	49.959	(34.387)
Demonstração da variação de caixa e equivalente de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	601.743	546.473
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	651.702	512.086
Aumento /(redução) em Caixa e Equivalentes de Caixa	49.959	(34.387)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(*) Os saldos do semestre findo em 30 de junho de 2014 estão reapresentados de acordo com o CPC 23 (Nota 3n).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO RENDIMENTO S/A
Semestre findo em 30 de junho de 2015 e 2014 (valores expressos em milhares de reais).

1. Contexto operacional

O Conglomerado Rendimento (“Grupo”) ou (“Grupo Rendimento”) fundado em 1992, opera no mercado financeiro, atuando principalmente com operações de câmbio; crédito ao mercado de “middle Market” e cartões de débito pré-pago.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro nacional e internacional, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Rendimento. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas com a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), de acordo com os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 4.280/2013 do CMN e Circular nº 3.701/2014 do BACEN, e não se confundem com as demonstrações financeiras individuais para fins gerais, que são objeto de outros normativos do BACEN.

Conforme determinam a Resolução nº 4.280/2013 do CMN e Circular nº 3.701/2014 do BACEN, que, dentre outras coisas, requer a consolidação de fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do conglomerado, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios, sendo que ambas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas utilizando estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e premissas estabelecidas com base em julgamento. Estas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões de perdas com operações de crédito e para contingências, impostos diferidos, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO RENDIMENTO S/A
Semestres findo em 30 de junho de 2015 e 2014 (valores expressos em milhares de reais).

Essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial abrangem as demonstrações financeiras das seguintes Empresas:

Empresa	Principal Atividade	País Sede	Controladas	(%) Participação
Banco Rendimento S/A	Banco comercial com carteira de cambio	Brasil	Banco Brasileiro de Negócios S/A	100%
		Brasil	Rendimento Serviços Financeiros Ltda.	99%
Banco Brasileiro de Negócios S/A	Banco múltiplo	Brasil	-	-
Rendimento Serviços Financeiros Ltda.	Correspondentes de instituições financeiras	Brasil	Cotação Câmbio & Turismo Ltda.	85%
Cotação Câmbio & Turismo Ltda.	Agências de viagens	Brasil	-	-
Cotação DTVM S/A	Distribuidoras de títulos e valores mobiliários	Brasil	Action Empreendimento e Participações Ltda.	100%
Action Empreendimentos e Participações Ltda.	Outras sociedades de participação, exceto holdings	Brasil	-	-
Agillitas Soluções de Pagamento Ltda.	Operadoras de cartões de débito	Brasil	-	-

Demonstramos a seguir os saldos patrimoniais das Empresas do Grupo.

Empresa	2015		2014	
	Patrimônio Líquido	Lucro/(Prejuízo) Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro/(Prejuízo) Líquido
Banco Rendimento S/A	200.625	14.260	182.674	8.927
Banco Brasileiro de Negócios S/A	42.370	1.275	39.954	897
Rendimento Serviços Financeiros Ltda.	17.428	307	16.728	183
Cotação Câmbio & Turismo Ltda.	547	(8)	562	(49)
Cotação DTVM S/A	31.905	5.498	28.819	6.783
Action Empreendimentos e Participações Ltda.	892	39	866	93
Agillitas Soluções de Pagamento Ltda.	7.330	2.136	6.384	3.827

No processo de consolidação das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial foram eliminados saldos das contas de ativo e passivo, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO RENDIMENTO S/A
Semestre findo em 30 de junho de 2015 e 2014 (valores expressos em milhares de reais).

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “*pro rata dia*” para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários;
- Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO RENDIMENTO S/A
Semestre findo em 30 de junho de 2015 e 2014 (valores expressos em milhares de reais).

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos -- Continuação

De acordo com a Circular nº 3.082/2002 do BACEN e regulamentações posteriores, as operações com instrumentos financeiros derivativos, compostas pelas operações a termo, opções, futuros e de "swap", são contabilizadas com os seguintes critérios:

Operações a termo - são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos prazos dos contratos, até a data do balanço;

Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de não exercício.

Operações de futuros - os ajustes diários são contabilizados em conta de ativo e passivo e apropriados diariamente como receitas e despesas;

Operações de "swap" - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro-rata" - dia até a data do balanço.

As operações com instrumentos financeiros derivativos, efetuadas por solicitação de clientes ou por conta própria, que atendam ou não aos critérios de proteção ("hedge") à exposição global de riscos e que não se caracterizem como operações associadas de acordo com as premissas divulgadas pela Circular nº 3.150/2002 do BACEN, são avaliadas pelo valor de mercado, contabilizando a valorização ou desvalorização conforme segue:

- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como "hedge" em conta de receita e despesa, no resultado do período; e
- Instrumentos financeiros derivativos considerados como "hedge" são classificados como "hedge" de risco de mercado e "hedge" de fluxo de caixa.

O "hedge" de risco de mercado é destinado a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de "hedge" e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita e despesa, no resultado do período. O "hedge" de fluxo de caixa é destinado a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a parcela efetiva de sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzido dos efeitos tributários. Os respectivos itens objeto de "hedge" também são ajustados ao valor de mercado na data do balanço.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO RENDIMENTO S/A
Semestre findo em 30 de junho de 2015 e 2014 (valores expressos em milhares de reais).

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

e) Operações de crédito, Câmbio e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, inclusive adiantamentos sobre contratos de câmbio de exportação são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. Essas operações estão classificadas no realizável a longo prazo.

As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, no mínimo por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil, conforme demonstrado na nota 9.

f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("Impairment")

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando-se o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO RENDIMENTO S/A
Semestre findo em 30 de junho de 2015 e 2014 (valores expressos em milhares de reais).

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

g) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável.

h) Imobilizado, diferido e intangível

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens.

O ativo diferido é demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização acumulada calculada até a data de encerramento do balanço e representado, basicamente, por benfeitorias em imóveis de terceiros, amortizadas pelo prazo contratual de locação, e gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares, amortizados pelo prazo de cinco anos. Os saldos existentes no ativo diferido constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 3.617/08 do Banco Central do Brasil (BACEN), serão mantidos até a sua efetiva baixa.

Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

i) Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata dia" sendo as de obrigações em moeda estrangeira atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços. As captações no mercado aberto são classificadas no passivo circulante em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO RENDIMENTO S/A
Semestre findo em 30 de junho de 2015 e 2014 (valores expressos em milhares de reais).

3. Sumário das principais práticas contábeis—Continuação

j) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 no exercício (R\$120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15% nas financeiras e 9% nas não financeiras.

k) Crédito Tributário

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO RENDIMENTO S/A
Semestre findo em 30 de junho de 2015 e 2014 (valores expressos em milhares de reais).

3. Sumário das principais práticas contábeis—Continuação

m) Reapresentação de saldos comparativos

As demonstrações financeiras de 30 de junho de 2014, apresentadas para fins de comparação, foram reapresentadas, no que se refere a controladores e não controladores, devido ao entendimento do artigo 1º da Resolução nº. 4.280 CMN, que antes tratava a Rendimento Holding S.A. como empresa líder e que foi reestruturado para o Banco Rendimento S.A. como empresa líder para fins das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

BALANÇOS PATRIMONIAIS	30 de Junho de 2014		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Ativo			
Outros créditos			
Diversos	60.501	714	59.787
Total do ativo	1.444.532	714	1.443.818
Passivo			
Depósitos	Original	Ajuste	Reapresentado
Depósito a vista	35.392	(29)	35.421
Outras obrigações			
Fiscais e previdenciárias	23.718	1.067	22.651
Diversas	327.617	255	327.363
Patrimônio líquido			
Capital social	111.244	25.928	85.316
Reserva de capital	231	231	-
Reserva de lucros	93.774	497	93.277
Lucros acumulados	12.050	7.969	4.081
Participação de não controladores	84	(35.204)	35.288
Total do passivo	1.444.531	714	1.443.818

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO	30 de Junho de 2014		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Outras receitas/despesas operacionais			
Outras despesas administrativas	78.227	60	78.167
Despesas tributárias	12.768	406	12.362
Lucro líquido	19.063	(466)	19.529
Atribuível aos:			
Controladores	19.070	10.143	8.927
Não controladores	(7)	(10.609)	10.602

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	31 de Dezembro de 2013			30 de junho de 2014			31 de Dezembro de 2014		
	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
Capital social	111.244	25.928	85.316	111.244	25.928	85.316	179.424	94.108	85.316
Reserva de capital	231	231	-	231	231	-	231	231	-
Reserva de lucros									
Legal	9.758	1.445	8.313	9.879	1.120	8.759	4.129	(5.352)	9.481
Outras	87.394	1.876	85.518	83.894	(624)	84.518	46.234	(50.782)	97.016
Lucros acumulados	-	-	-	12.050	7.969	4.081	-	-	-
Controladores	208.627	29.480	179.147	217.298	34.624	182.674	230.017	38.204	191.813
Participação de não controladores	92	(29.594)	29.686	84	(35.204)	35.288	83	(38.900)	38.983
Total	208.719	(114)	208.833	217.382	(580)	217.962	230.100	(696)	230.796

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO
GRUPO RENDIMENTO S/A
Semestre findo em 30 de junho de 2015 e 2014 (valores expressos em milhares de reais).

4. Caixa e equivalente de caixa

Descrição	2015	2014
Disponibilidades (Nota 5)	384.804	335.087
Aplicações em operações compromissadas	266.898	174.999
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	2.000
Total	651.702	512.086

5. Disponibilidades

Descrição	2015	2014
Caixa	10.317	48.862
Depósitos em moeda nacional	930	2.123
Reserva Livre	15.834	7.688
Disponibilidades em moedas estrangeiras	357.723	276.414
Total	384.804	335.087

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Circulante	2015	2014
a) Aplicações em operações compromissadas		
Aplicações no mercado aberto:		
Posição bancada:		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	5.000
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	61.899	109.999
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	204.999	60.000
Total das aplicações no mercado aberto	266.898	174.999
b) Aplicações em depósitos interfinanceiros		
Certificado de depósito interfinanceiro (CDI)		
Não ligada	4.726	2.000
Não ligada - Crédito rural	2.534	9.704
Não ligada - PRONAF	843	343
Não ligada - SUBEX	1.740	3.026
Não ligada - PRONAMP	845	1.423
Total certificado de depósito interfinanceiro (CDI)	10.688	16.496
Total do circulante	277.586	191.495
Realizável a longo prazo		
c) Aplicações em moeda estrangeira		
Aplicações em moeda estrangeira	35.003	44.639
Total de aplicação em moeda estrangeira	35.003	44.639
Total realizável a longo prazo	35.003	44.639
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	312.589	236.134

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO RENDIMENTO S/A
Semestre findo em 30 de junho de 2015 e 2014 (valores expressos em milhares de reais).

7. Títulos e valores mobiliários

a) Composição por classificação

Descrição	2015			2014		
	Valor de Custo(i)	Valor de Mercado (ii)	Ajustes a Mercado	Valor de Custo(i)	Valor de Mercado (ii)	Ajustes a Mercado
Títulos para negociação						
Carteira própria - Livres	3.055	1.944	(1.111)	13.436	13.104	(332)
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	-	10.142	10.154	12
Certificado de depósito bancário (CBD)	1.011	426	(585)	900	967	67
Ações de companhias abertas	2.044	1.518	(526)	2.394	1.983	(411)
Vinculados a operações compromissadas	-	-	-	15.132	15.149	17
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	-	15.132	15.149	17
Vinculados a prestação de garantias	-	-	-	36.566	36.607	41
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	-	36.566	36.607	41
Total de títulos para negociação	3.055	1.944	(1.111)	65.134	64.860	(274)
Títulos disponíveis para venda						
Carteira própria - Livres	41.341	41.393	52	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	41.341	41.393	52	-	-	-
Vinculados a operações compromissadas	9.234	9.245	11	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	9.234	9.245	11	-	-	-
Vinculados a prestação de garantias	18.592	18.615	23	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	18.592	18.615	23	-	-	-
Total de títulos disponíveis para venda	69.167	69.253	86	-	-	-
Crédito tributário	-	-	(34)	-	-	-
Total de ajustes a valor de mercado (iii)			52			
Total de títulos e valores mobiliários	72.222	71.197	(1.025)	65.134	64.860	(274)
Saldo em curto prazo	3.055	1.944	-	65.134	64.860	-
Saldo em longo prazo	69.167	69.253	-	-	-	-

(i) Valor de custo

Refere-se ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

(ii) Valor de mercado

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades de Mercados Financeiros e de Capitais. As ações são avaliadas pela cotação de fechamento do último dia em que foram negociadas em bolsa de valores e as aplicações foram registradas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

(iii) Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria "Títulos Disponíveis para Venda", encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta "Ajustes a Valor de Mercado", o valor de R\$ 86 (R\$ 0 - 2014). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a R\$ 52 (R\$ 0 - 2014). Durante o semestre findo em 30 de junho de 2015, não houve reclassificação de categoria.

b) Composição por vencimento

Descrição	2015				2014
	Sem vencimento	até 3 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	69.253	69.253	61.910
Certificado de depósito bancário (CDB)	-	426	-	426	967
Ações de companhias abertas (i)	1.518	-	-	1.518	1.983
Total	1.518	426	69.253	71.197	64.860

(i) Ações recebidas, de dação em pagamento, provenientes de recuperação na carteira de crédito.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO
GRUPO RENDIMENTO S/A
Semestre findo em 30 de junho de 2015 e 2014 (valores expressos em milhares de reais).

8. Instrumentos financeiros e derivativos

a) Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção (“*hedge*”) contra risco de mercado, que decorrem principalmente das flutuações das taxas de juros e cambial.

O gerenciamento da necessidade de “*hedge*” é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de Dólar e de Reais subdivididas nos diversos indexadores (pré, TR, IGP-M e TJLP). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, necessariamente, os de alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da BM&F, que são avaliados pelo valor de mercado, por meio dos ajustes diários. A efetividade dos instrumentos de “*hedge*” é assegurada pelo equilíbrio das flutuações de preços dos contratos de derivativos e dos valores de mercado dos objetos do “*hedge*”. Os instrumentos de “*hedge*” podem ser operados em prazos distintos dos seus respectivos objetos, com o intuito de buscar a liquidez do instrumento e de permitir um nível de arbitragem dentro do cenário econômico traçado pela Administração. Entretanto, existe a previsão da necessidade de renovação ou de contratação de nova operação de “*hedge*”, naqueles em que o instrumento financeiro derivativo apresenta vencimento anterior ao do item objeto de “*hedge*”. A carteira de câmbio é gerenciada de forma que haja o menor descasamento de prazo e volume financeiro possível.

b) Controles de gerenciamento de riscos

As carteiras são controladas e consolidadas pela área de informações gerenciais, sob gestão da diretoria de planejamento, a qual tem por responsabilidade apurar o valor de mercado das posições de derivativos e dos seus respectivos objetos de “*hedge*”. Essas informações são encaminhadas à mesa financeira para a gestão “*intraday*”. Durante o dia, a mesa possui informações sobre a posição das diversas carteiras ativas e passivas do Grupo Rendimento S/A, e providencia os instrumentos de “*hedge*” necessários, de acordo com a política previamente definida pela Administração. As posições descobertas são acompanhadas constantemente para verificação de que estão dentro dos limites aprovados pelo comitê de risco de mercado.

c) Composição analítica das operações

Mercado Futuro

Representadas por contratos de mercado futuro que, conforme determinação do Banco Central do Brasil (BACEN) são registrados em contas de compensação pelo valor do contrato atualizado pelo índice de variação das taxas pactuadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO RENDIMENTO S/A
Semestre findo em 30 de junho de 2015 e 2014 (valores expressos em milhares de reais).

8. Instrumentos financeiros e derivativos – Continuação

c) Composição analítica das operações

	Valor nominal dos contratos	
	2015	2014
Contratos de futuros (i)		
Posição comprada		
Dólar	310	101.176
EUR	14.131	40.413
Outras Moedas	-	1.939
Total posição comprada	14.441	143.528
Posição vendida		
DI	12.842	16.371
Dólar	24.135	39.980
Outras Moedas	-	2.053
Total posição vendida	36.977	58.404

(i) Os ajustes diários, de contratos futuros a receber de R\$ 33 (R\$ 790 em 2014) e a pagar no valor de R\$ 128 (R\$ 1 em 2014), encontram-se registrados na rubrica de Negociação e Intermediação de Valores. Estas operações foram custodiadas pela BM&FBOVESPA.

d) Margem de garantia

São dados como margem em garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos, os ativos apresentados a seguir:

	2015	2014
Vinculados a prestação de garantias		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) (Nota 7)	18.615	36.607
Total	18.615	36.607

9. Operações de crédito

Em 30 de junho de 2015 e 2014, as operações de crédito estavam assim representadas:

a) Composição da carteira por produto

	2015	2014
Operações de crédito		
Conta corrente garantida	117.339	110.665
Capital de giro	139.876	144.608
FINAME/BNDES	26.904	33.402
Títulos descontados	27.995	28.565
Financiamento em moeda estrangeira	7.436	8.187
Cheque especial	3.308	7.155
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	4.823	4.543
Cédula de crédito de exportação	2.023	1.917
Confissão de dívida	15.359	9.588
Pessoa Física	6.790	3.529
Recuperação Judicial	110	1.294
Adiantamento a depositantes	788	329
	352.751	353.782
Outros créditos		
Adiantamentos sobre contrato de câmbio (Nota 10)	11.869	19.477
Rendas a receber (Nota 10)	1.617	1.596
Títulos e créditos a receber-com características de concessão de crédito (Nota 11)	19.727	25.020
Devedores por compra valores e bens	1.091	-
	34.304	46.093
Total das operações de crédito	387.055	399.875
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.569)	(21.571)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(2.670)	(4.721)
Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13.239)	(26.292)
	373.816	373.583

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO RENDIMENTO S/A
Semestre findo em 30 de junho de 2015 e 2014 (valores expressos em milhares de reais).

9. Operações de crédito -- Continuação

b) Composição da carteira por ramo de atividade

	2015	2014
Setor privado:		
Indústria	62.715	79.252
Comércio	26.957	33.129
Outros serviços	273.314	268.749
Intermediação financeira	1.729	1.691
Pessoas físicas	22.340	17.054
Total da carteira por ramo de atividade	387.055	399.875

c) Composição da carteira por vencimento

	2015	2014
À vencer:		
Até 90 dias	158.393	168.121
De 91 a 180 dias	89.199	98.980
De 181 a 360 dias	68.911	52.249
Acima de 360 dias	68.094	55.234
Total à vencer	384.597	374.584
Vencidas:		
Até 60 dias	1.002	10.219
De 61 a 90 dias	214	1.195
De 91 a 180 dias	479	3.216
De 181 a 360 dias	763	10.642
Acima de 360 dias	-	19
Total de vencidas	2.458	25.291
Total da carteira por vencimento	387.055	399.875

d) Concentração da carteira

	2015		2014	
	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores	130.078	33,61%	105.886	26,48%
50 seguintes maiores devedores	174.964	45,20%	94.068	23,52%
100 seguintes maiores devedores	67.320	17,39%	178.257	44,58%
Seguintes maiores devedores	14.693	3,80%	21.664	5,42%
Total da carteira	387.055	100,00%	399.875	100,00%

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, para os semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014, está distribuída entre os seguintes níveis de risco:

Nível de Risco	% Provisão	2015			
		A vencer	Vencidas	Total	Provisão
AA	-	-	-	-	-
A	0,5	276.140	77	276.217	(1.381)
B	1	55.718	259	55.977	(560)
C	3	37.404	324	37.728	(1.132)
D	10	2.010	212	2.222	(222)
E	30	2.201	131	2.332	(700)
F	50	5.217	141	5.358	(2.679)
G	70	1.972	212	2.184	(1.528)
H	100	3.935	1.102	5.037	(5.037)
Total		384.597	2.458	387.055	(13.239)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO RENDIMENTO S/A
Semestre findo em 30 de junho de 2015 e 2014 (valores expressos em milhares de reais).

9. Operações de crédito – Continuação

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

						2014
Nível de Risco	% Provisão	A vencer	Vencidas	Total	Provisão	
AA	-	-	-	-	-	
A	0,5	297.053	-	297.053	(1.485)	
B	1	51.300	798	52.098	(521)	
C	3	18.343	980	19.323	(580)	
D	10	1.879	3.167	5.046	(505)	
E	30	8	117	125	(37)	
F	50	4.216	809	5.025	(2.512)	
G	70	1.646	194	1.840	(1.287)	
H	100	139	19.226	19.365	(19.365)	
Total		374.584	25.291	399.875	(26.292)	

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou as seguintes movimentações:

	2015	2014
Saldo Inicial	(17.062)	(22.648)
Constituição	(5.538)	(18.316)
Reversão	3.130	8.611
Baixas de créditos contra prejuízo	6.231	6.061
Saldo Final	(13.239)	(26.292)

g) Créditos renegociados e recuperados

Os créditos **renegociados**, no semestre findo em 30 de junho de 2015, totalizam R\$ 11.109 (2014 - R\$ 2.026).

Os créditos **recuperados**, no semestre findo em 30 de junho de 2015, totalizam R\$ 2.099 (2014 - R\$ 245).

10. Carteira de câmbio

Em 30 de junho de 2015 e 2014 a carteira de câmbio do Grupo Rendimento está formada como segue:

	2015	2014
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	66.706	99.030
Direitos sobre venda de câmbio	87.102	150.671
(-) Adiantamentos em moeda nacionais recebidas	(11.451)	(12.820)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 9)	1.617	1.596
Total do ativo	143.974	238.477
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	79.056	147.189
Obrigações por compra de câmbio	63.577	94.952
(-) Adiantamento de contrato de câmbio (nota 9)	(11.869)	(19.477)
Obrigações por vendas realizadas	1.055	5.709
Total do passivo	131.819	228.373

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO
GRUPO RENDIMENTO S/A
Semestre findo em 30 de junho de 2015 e 2014 (valores expressos em milhares de reais).

11. Outros créditos e outros valores e bens

a) Diversos

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Devedores por depósito em garantia (nota 24b)	78.247	69.031
Títulos e créditos a receber-com características de concessão de crédito (nota 9)	19.727	25.020
Títulos e créditos a receber-sem características de concessão de crédito (i)	4.254	10.324
Crédito tributário (nota 16b)	45.470	47.713
Devedores diversos – País	12.641	15.561
Imposto de renda a compensar	8.106	9.755
Outros	4.270	2.361
Total	<u>172.715</u>	<u>179.766</u>
Curto Prazo	46.451	59.787
Longo Prazo	126.264	119.979

(i) Refere-se, basicamente, a liquidação das vendas do produto Visa Traveller Money (VTM), com o Banco, por parte das Distribuidoras/Corretoras de câmbio (Resellers) que comercializam o produto e câmbio a fechar.

b) Outros valores e bens

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Bens não de uso próprio (i)	17.126	15.352
Despesas antecipadas	2.736	2.837
Total	<u>19.862</u>	<u>18.189</u>

(i) Refere-se a imóveis recuperados de garantia de operações de crédito que serão vendidos ou levados a leilão conforme normas estabelecidas no Cosif.

12. Depósitos

a) Composição da carteira

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Depósitos a vista		
Pessoa jurídica	65.843	32.511
Pessoa física	5.282	2.910
	<u>71.125</u>	<u>35.421</u>
Depósitos a prazo		
Pessoa jurídica	281.034	203.962
Pessoa física	144.558	137.007
Investidores institucionais	1.359	1.948
Instituições financeiras	1.422	-
	<u>428.373</u>	<u>342.917</u>
Depósitos em moeda estrangeira e interfinanceiros		
Depósitos em moeda estrangeira	64.419	48.369
Depósitos interfinanceiros	11.142	20.179
	<u>75.561</u>	<u>68.548</u>
Total de depósitos	<u>575.059</u>	<u>446.886</u>
Curto prazo	291.864	187.524
Longo prazo	283.195	259.362

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO RENDIMENTO S/A
Semestre findo em 30 de junho de 2015 e 2014 (valores expressos em milhares de reais).

12. Depósitos -- Continuação

b) Composição da carteira por vencimento

	2015			2014
	até 180 dias	de 181 a 360 dias	acima de 360 dias	Total
Depósitos a vista	71.125	-	-	35.421
Depósitos interfinanceiros	11.142	-	-	20.179
Depósitos a prazo	96.013	49.165	283.195	342.917
Depósitos em moeda estrangeira	64.419	-	-	48.369
Total de depósitos	242.699	49.165	283.195	446.886

c) Concentração da carteira de depósito a prazo

	2015	2014
10 Maiores depositantes	157.425	122.707
50 Seguintes depositantes	173.525	138.950
100 Seguintes depositantes	68.012	59.530
Demais depositantes	29.411	21.730
Total de depósitos	428.373	342.917

13. Obrigações por empréstimos e repasses e recursos de aceites e emissão de títulos

	2015			2014
	Até 90 dias	de 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Obrigações por empréstimos				
Empréstimos no exterior (i)	6.989	2.619	-	24.745
Obrigações por repasses				
Repasses do país - Instituições Oficiais	4.073	7.892	14.825	33.152
Recursos de aceites e emissão de títulos				
Letras de crédito do agronegócio	-	-	11.222	11.345
Total	11.062	10.511	26.047	69.242

(i) *Constituída por linha de crédito do Banco Rendimento S/A junto a banqueiros no exterior, renovável mensalmente, com remuneração da taxa "libor" acrescida de cupom de 1% a.a.*

14. Captações no mercado aberto

	2015	2014
Re vendas a Liquidar -- Posição Bancada		
Vencimento até 30 dias		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	5.000
Total	-	5.000

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO
GRUPO RENDIMENTO S/A
Semestre findo em 30 de junho de 2015 e 2014 (valores expressos em milhares de reais).

15. Outras obrigações

a) Fiscais e previdenciárias

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Circulante		
Impostos e contribuições a recolher	7.543	6.811
Impostos e contribuições sobre os lucros	<u>11.232</u>	<u>15.840</u>
Total do circulante	<u>18.775</u>	<u>22.651</u>
Exigível a longo prazo		
Provisão para riscos fiscais (nota 24b)	<u>77.422</u>	73.220
Total do exigível a longo prazo	<u>77.422</u>	<u>73.220</u>
Total	<u>96.197</u>	<u>95.871</u>

b) Diversas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Circulante		
Obrigações por prestação de serviços	16.206	17.148
Provisão para pagamentos a efetuar	29.347	29.861
Credores diversos no exterior (i)	272.035	259.343
Credores diversos no país	18.854	14.289
Outras	-	6.722
Total do circulante	<u>336.442</u>	<u>327.363</u>
Exigível a longo prazo		
Provisão para passivos contingentes (nota 24b)		
Trabalhistas	3.318	1.686
Cíveis	1.577	570
Avais e fianças	701	2.372
Contingências fiscais	769	1.532
Perdas operacionais	867	970
Outras (ii)	1.594	1.594
Total do exigível a longo prazo	<u>8.826</u>	<u>8.724</u>
Total	<u>345.268</u>	<u>336.087</u>

(i) Refere-se substancialmente a cartões "pré-pagos" (Visa Traveller Money).

(ii) Refere-se a repasses de ISS para a Prefeitura de Tuiuti.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO RENDIMENTO S/A
Semestre findo em 30 de junho de 2015 e 2014 (valores expressos em milhares de reais).

16. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação das despesas e das provisões do imposto de renda e da contribuição social.

	2015		2014	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	33.859	33.859	27.974	27.974
Adições:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.408	2.408	9.706	9.706
Provisões a pagar indedutíveis	3.234	3.234	-	-
Patrocínio e doações indedutíveis	452	452	307	307
Remuneração variável de dirigentes	331	-	210	-
Provisões para riscos fiscais	-	-	8.619	8.619
Provisão para contingências trabalhistas	1.010	1.010	-	-
Provisão para contingências cíveis	197	197	-	-
Provisão para perdas de avais e fianças	54	54	594	594
Outras provisões não operacionais	-	-	1.595	1.595
Ágio em aquisição de investimentos	-	-	277	277
Impostos federais indedutíveis	-	-	693	693
Despesas com brindes	46	46	66	66
Perdas de capital indedutíveis	215	215	104	104
Multas indedutíveis	2	2	-	-
Outras	124	234	392	455
Total das adições	8.073	7.852	22.563	22.416
Exclusões:				
Juros sobre capital próprio	6.300	6.300	4.900	4.900
Participação nos Lucros (empregados)	1.670	1.670	1.287	1.287
Ajuste positivo ao valor de mercado – TVM	101	101	801	801
Perdas em operações de crédito - Lei 9.430/96	3.827	3.827	434	434
Reversão de provisões para contingências trabalhistas	-	-	151	151
Reversão de remuneração variável de dirigentes	-	114	-	72
Reversão de provisões cíveis	-	-	391	391
Outras provisões	294	294	1.005	1.005
Total das exclusões	12.192	12.306	8.969	9.041
Base do imposto de renda e contribuição social	29.740	29.405	41.568	41.349
IRPJ / CSLL	7.363	4.128	10.324	5.813
Dedução de incentivos fiscais	294	-	296	-
Imposto de renda e contribuição social	7.069	4.128	10.028	5.813
Ativo fiscal diferido	592	310	5.529	3.154
Total de imposto de renda e contribuição social	6.477	3.818	4.499	2.659

b) Créditos tributários

Os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações no semestre.

Descrição	Saldo			Saldo
	31/12/2014	Constituição	Realização	30/06/2015
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.126	963	1.531	9.558
Provisão para riscos fiscais PIS/COFINS	29.632	-	-	29.632
Provisões a pagar indedutíveis	880	-	-	880
Provisão para riscos fiscais ISS	-	1.217	-	1.217
Ágio em aquisição de investimentos	896	403	12	1.287
Provisão para contingências cíveis	258	43	21	280
Provisão para contingências trabalhistas	548	83	4	627
Provisão para perdas de avais e fianças	517	-	-	517
Remuneração variável de dirigentes	119	17	34	102
Provisão para outras contingências	1.592	55	277	1.370
Total	44.568	2.781	1.879	45.470

Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 3.355. A compensação depende da natureza do crédito gerado. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos somente sobre diferenças temporariamente indedutíveis. O Grupo Rendimento não apresenta prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO RENDIMENTO S/A
Semestre findo em 30 de junho de 2015 e 2014 (valores expressos em milhares de reais).

16. Imposto de renda e contribuição social -- Continuação

Créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a ativação de tais valores.

A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

Descrição	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.436	1.663	1.277	2.936	1.246	9.558
Provisão para riscos fiscais PIS/COFINS	-	-	-	-	29.632	29.632
Provisão para riscos fiscais ISS	-	-	-	-	880	880
Ágio em aquisição de investimentos	-	-	-	-	517	517
Provisão para contingências cíveis	-	-	-	-	645	645
Provisão para contingências trabalhistas	-	-	-	-	1.294	1.294
Provisão para perdas de avais e fianças	-	-	-	-	281	281
Ajuste ao valor de mercado	-	-	-	176	-	176
Remuneração variável de dirigentes	-	-	101	-	-	101
Outras provisões indedutíveis	1.313	436	-	-	637	2.386
Total	3.749	2.099	1.378	3.112	35.132	45.470
Valor presente	2.898	1.482	1.244	2.825	31.936	40.385

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, considera que deverá auferir resultados tributáveis, dentro do prazo regulamentar, para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

O valor presente do crédito tributário é estimado em R\$ 40.385, utilizada a taxa de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO RENDIMENTO S/A
Semestre findo em 30 de junho de 2015 e 2014 (valores expressos em milhares de reais).

17. Remuneração do pessoal chave da Administração

Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social do Banco. O Banco incorreu nos seguintes benefícios de curto prazo aos administradores:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Remuneração fixa no semestre	4.116	3.575
Encargos sociais	(906)	(786)
Total	<u>3.210</u>	<u>2.789</u>

O Grupo Rendimento não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da controladora esta no montante de R\$ 150.000 (2014 R\$ 85.316), é constituído por 158.438 ações, sendo 79.219 ordinárias e 79.219 preferenciais.

O capital social de não controladores é de R\$ 22.040 (2014 R\$ 14.541), e esta constituído por 1.856.034 ações, sendo 928.017 ordinárias e 928.017 preferenciais, e 2.040 cotas.

Empresa	Capital Social	Ações		Cotas	Total de ações/cotas
		ON	PN		
Controladora (i)	150.000	79.219	79.219	-	158.438
Participação de não controladores	22.040	928.017	928.017	2.040	1.858.074

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas asseguram ao acionista a prioridade de reembolso do capital e o direito de participação na distribuição de dividendos e bonificações, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

(i) Em 17 de abril de 2015 por realização de Assembleia Geral Ordinária, o Banco aumentou o capital social de R\$ 85.316 para R\$ 150.000 mediante incorporação da Reserva Legal R\$ 8.759 e Reserva Especial de Lucros – Outras R\$ 55.925, mantendo-se a mesma quantidade de ações.

b) Distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio

O capital é remunerado por meio da distribuição de dividendo mínimo obrigatório, previsto nos estatutos, de 6% sobre o lucro líquido ajustado do período. A distribuição de dividendos está sujeita à proposta da diretoria à Assembleia geral de acionistas e cotistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros. Pelas Assembleias gerais extraordinárias,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO
GRUPO RENDIMENTO S/A
Semestre findo em 30 de junho de 2015 e 2014 (valores expressos em milhares de reais).

18. Patrimônio líquido

b) Distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio -- Continuação

realizadas no ano de 2015, foi deliberado o pagamento de dividendos no montante de R\$ 5.500 (2014 R\$ 14.500), e deliberou o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio no montante de R\$ 6.300 (2014 R\$ 9.960) referentes ao primeiro semestre de 2015, calculados com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), nos termos do artigo 9º da Lei 9.249/95. O benefício fiscal decorrente da distribuição de juros sobre o Capital Próprio reduziu os encargos de imposto de renda e contribuição social do semestre no montante de R\$ 2.520 (R\$ 3.984).

Dividendos		JCP	
Data da AGE		Data da AGE	
26/01/2015	1.000	02/06/2015	800
25/02/2015	1.000	03/06/2015	5.500
25/03/2015	1.000		
23/04/2015	500		
25/05/2015	1.000		
25/06/2015	1.000		
Total	5.500	Total	6.300

c) Lucros acumulados

No semestre findo em 30 de junho 2015, o Grupo Rendimento apurou um lucro contábil de R\$ 21.894 (2014 R\$ 19.529). Adicionalmente, não existem lucros acumulados que devessem ser destinados com base no estabelecido pela Resolução nº 3.605/08.

d) Reserva legal

Reserva de lucros

Legal: O Grupo Rendimento deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado.

Outras: Composta por lucros obtidos a serem destinados em AGO (Assembléia Geral Ordinária).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO RENDIMENTO S/A
Semestre findo em 30 de junho de 2015 e 2014 (valores expressos em milhares de reais).

19. Despesas de captação no mercado

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Depósitos interfinanceiros	478	1.170
Depósitos a prazo	35.569	17.813
Operações compromissadas	217	129
Letras financeiras	966	595
Contribuições ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC)	409	306
Total	<u>37.639</u>	<u>20.013</u>

20. Receitas de prestação de serviços

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Rendas de garantias prestadas	1.018	966
Tarifas de serviços bancárias	1.008	992
Tarifas de arrecadação	5.295	4.483
Tarifa de serviços de Pagadoria	2.946	3.002
Tarifas sobre cartões de débitos	13.802	15.498
Tarifas de câmbio	11.817	9.588
Tarifas de outros serviços	1.942	1.593
Total	<u>37.828</u>	<u>36.122</u>

21. Outras despesas administrativas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Despesas de serviços sistema financeiro	18.537	19.571
Despesas de serviços de terceiros	15.334	18.403
Despesas de aluguéis	9.259	9.528
Despesas de processamento de dados	8.598	7.796
Despesas de serviços técnicos especializado	2.017	3.184
Despesas de comunicações	2.212	2.349
Despesas de promoções e relações públicas	509	1.986
Despesas de depreciação	2.080	1.955
Despesas de transportes	1.155	1.448
Despesas manutenção e conservação de bens	1.112	1.387
Despesas de serviços de vigilância e segurança	1.201	1.288
Despesas de amortização	1.074	946
Despesas de material	413	565
Despesas de água, energia e gás	543	477
Despesas de propaganda e publicidade	429	507
Contribuições filantrópicas	371	424
Despesas de seguros	382	386
Despesas de viagens	206	357
Despesas de publicações	344	336
Outras despesas administrativas	4.733	5.274
Total	<u>70.509</u>	<u>78.167</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO RENDIMENTO S/A
Semestre findo em 30 de junho de 2015 e 2014 (valores expressos em milhares de reais).

22. Outras receitas e despesas operacionais

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Outras receitas operacionais		
Receita de arbitragem	3.021	3.943
Receita de garantias prestadas	-	1.016
Receita de aquisição de crédito	-	2.147
Reversão de provisões para contingência	877	-
Avais e fianças	52	-
Receita outros crédito	3.704	2.461
Variações monetárias	32	2.035
Receita diversas	30	1.336
Recuperação de encargos e despesas	332	402
Reversão bônus diretoria	209	-
Descontos obtidos	148	29
Outras	62	76
Total	<u><u>8.467</u></u>	<u><u>13.445</u></u>
Outras despesas operacionais		
Provisões para contingência	1.636	-
Descontos concedidos	-	4.221
Despesas com perdas de cartões	-	853
Provisões para perdas de avais e fianças	107	595
Impostos federais indedutíveis	-	693
Verba de marketing	33	-
Juros e multas sobre impostos	-	359
Ágio na aquisição de investimento	-	277
Bônus diretoria	95	235
Provisão saldo negativo cartões	185	-
Despesas diversas cartões	941	500
Auto de infração tributos municipais	-	127
Despesas com contratos de parceria	167	272
Outras	100	233
Total	<u><u>3.264</u></u>	<u><u>8.365</u></u>

23. Avais, fianças e garantias concedidas a terceiros

A responsabilidade por avais, fianças e garantias prestadas a terceiros, em 30 de junho de 2015, correspondiam a R\$ 107.811 (2014 R\$ 99.401), com provisão para perdas no montante de R\$ 701.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO RENDIMENTO S/A
Semestre findo em 30 de junho de 2015 e 2014 (valores expressos em milhares de reais).

24. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes

Em 30 de junho de 2015, não existem processos classificados pela Administração como prováveis de realização.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

(i) *Provisões trabalhistas* - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

(ii) *Provisões cíveis* - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos.

(iii) *Provisões fiscais* - As provisões para processos fiscais são representadas por processos judiciais e administrativos, provisionados no passivo exigível a longo prazo na rubrica “outras obrigações fiscais e previdenciárias”, representados pelos seguintes processos:

- Contestação judicial da legalidade do recolhimento do PIS e COFINS, nos termos da Lei nº 9.718/98. Para essa causa, o montante provisionado é de R\$ 72.630
- Contestação quanto a base de receitas de operações de avais e fiança e de câmbio, defendida pelo Fisco Municipal como tributável para o ISS. O montante provisionado é de R\$ 2.200.

As movimentações das provisões para contingências e obrigações legais, ocorridas no semestre, estão a seguir apresentadas:

Provisão para Contingências	2015				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras	Total
Saldo no início	73.220	1.686	570	6.468	81.944
Constituições	7.513	2.394	1.052	1.130	12.089
Realizações/Reversões	(3.311)	(762)	(45)	(3.668)	(7.786)
Saldo no final	77.422	3.318	1.577	3.930	86.247

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO RENDIMENTO S/A
Semestre findo em 30 de junho de 2015 e 2014 (valores expressos em milhares de reais).

24. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias – Continuação

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais – Continuação

	2015		
Depósitos Judiciais	Fiscais	Trabalhistas	Total
Saldo no início	68.701	330	69.031
Constituições	8.543	1.746	10.289
Realizações/Reversões	(11)	(1.062)	(1.073)
Saldo no final	77.233	1.014	78.247

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Em 30 de junho de 2015, as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por 15 (2014 – 15) processos de natureza cível que somam, com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes R\$ 99 (2014 – R\$ 444) e estão representados, substancialmente, pelos seguintes processos:

- Ações revisionais de cláusulas de contratos de empréstimos e financiamentos;
- Ações indenizatórias decorrentes da realização de operações de cartões VTM.

d) Órgãos reguladores

Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar representativamente o resultado e as operações do Banco Rendimento S/A.

25. Limites operacionais

O Patrimônio de referência mínimo requerido para o RWA está a seguir demonstrado, de acordo com os normativos em vigor:

Patrimônio de referência - PR	233.722
Risco de crédito – RWA _{CPAD}	97.307
Risco de exposição cambial – RWA _{CAM}	7.450
Risco de taxas de juros – RWA _{JUR1}	46
Risco de cupom de moedas – RWA _{JUR2}	1.092
Risco operacional – RWA _{OPAD}	65.819
Patrimônio de referência mínimo requerido para o RWA	171.714
Margem sobre o PR requerido	62.008

O índice de Basileia para a data-base de 30 de Junho de 2015, apurado de acordo com o estabelecido nas Resoluções nº 4.192/13 e 4.193/13, do Conselho Monetário Nacional, é de 14,97% para o Conglomerado Prudencial (Junho de 2014 – 14,07% para o Conglomerado Financeiro).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO RENDIMENTO S/A
Semestre findo em 30 de junho de 2015 e 2014 (valores expressos em milhares de reais).

26. Gestão de riscos

A gestão de riscos é disciplinada por políticas e procedimentos definidos e aprovados pela Alta Administração, os quais deverão ser seguidos pelas áreas de negócios e monitorados de forma independente pela área de controles internos.

A estrutura de riscos encontra-se subordinada ao Diretor de Riscos e Compliance, responsável, também, pelas atribuições da Área de Governança Corporativa e pela unidade de Prevenção de Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo.

As definições estratégicas de maior relevância são submetidas aos Comitês Específicos em função da matéria tratada.

I - Risco de Mercado

É o risco associado à probabilidade de que a variação no valor de ativos e passivos causada pelas incertezas acerca das mudanças nos preços e taxas de mercado gere perdas para a instituição. O controle do risco de mercado é realizado por equipe especializada responsável pela execução das atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco.

Adicionalmente é realizado monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, visando o atendimento ao órgão regulador brasileiro.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às boas práticas e aderente aos processos de melhoria contínua.

Valor em Risco (VaR) – Esse modelo de análise de risco visa quantificar a exposição, utilizando limites de risco baseados em critérios estatísticos (VaR Estatístico: nível de confiança adequado - é uma medida estatística que estima a perda potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos), simulações de estresse (VaR Estressado - é uma medida que estima a perda em condições extremas de mercado a partir de cenários de estresse) e capital econômico alocado. De acordo com modelo de administração dos riscos adotado, os limites e a exposição aos riscos de mercado, no Conglomerado Financeiro, são relativamente baixos quando comparados ao Patrimônio de Referência.

Testes de Estresse – São realizados diariamente, tomando-se por base os cenários divulgados pela BM&F, com a utilização de cenários, sendo dois para taxas de juros prefixadas, dois para câmbio e um para taxas de juros e câmbio, simultaneamente. Para taxa de juros utiliza-se os cenários alta 4 e baixa -4 e para o câmbio utiliza-se um choque de 10% tanto para alta como para baixa.

De acordo com os critérios de classificação de operações previstos na Resolução nº 3.464/07, do Conselho Monetário Nacional, na Circular nº 3.354/07, do BACEN e no Novo Acordo de Capitais - Basileia III, a análise é aplicada integralmente às carteiras trading e banking, cujas exposições sofrem impactos significativos sobre o resultado corrente da instituição.

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado encontra-se alinhada aos conceitos do Comitê de Basileia, sendo constituída por um conjunto de princípios que norteiam a estratégia e controle dos negócios do Conglomerado Financeiro.

26. Gestão de riscos -- Continuação

II - Risco de Crédito

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito encontra-se em conformidade com a Resolução nº3.721/09, do Conselho Monetário Nacional e deve possibilitar a identificação, mensuração, controle e a mitigação dos riscos de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O Comitê de Crédito é responsável pela análise dos riscos de crédito associados às operações do Banco Rendimento S/A. Esse comitê se reúne de acordo com a política definida pela Alta Administração e tem como objetivos deliberar sobre os assuntos pertinentes a Política de Gestão de Risco de Crédito e aprovar medidas corretivas e de planos de ação com vistas à mitigação de possíveis riscos associados.

III - Risco Operacional

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos.

A crescente sofisticação do ambiente dos negócios bancários e a evolução da tecnologia tornaram mais complexos os perfis de risco das organizações, delineando com mais nitidez esta classe de risco, cujo gerenciamento, requer uma estrutura específica, distinta das aplicadas aos riscos de crédito e de mercado.

Em linha com os princípios da Resolução nº. 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional, foi definida política de gerenciamento do risco operacional, constituída por um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

A estrutura formalizada na política prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionadas ao risco operacional e aos papéis e responsabilidades das áreas que participam dessa estrutura.

Com base em legislação do BACEN as instituições financeiras são obrigadas a alocar capital para risco operacional. O Conglomerado Financeiro optou pela utilização da Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO RENDIMENTO S/A
Semestre findo em 30 de junho de 2015 e 2014 (valores expressos em milhares de reais).

26. Gestão de riscos --Continuação

IV - Risco de Liquidez

O controle da liquidez é um instrumento estratégico e de extrema importância, no Banco, tendo em vista a necessidade do acompanhamento contínuo dos níveis de caixa, possibilitando que liquidações sejam realizadas em tempo hábil e de maneira segura, sem problemas de descasamento entre ativos e passivos.

Em cumprimento à Resolução nº 4.090/12, do Conselho Monetário Nacional, o Banco Rendimento S/A estabeleceu políticas que visam manter a flexibilidade para lidar com eventos específicos de liquidez e também no mercado financeiro como um todo. O objetivo principal é prover recursos para o Conglomerado Financeiro e permitir a manutenção dos negócios e a geração de receita, até mesmo sob circunstâncias adversas.

O Comitê de Liquidez é realizado semanalmente onde são apresentados o panorama do mercado, caixa e captação, visando eventuais correções para níveis considerados adequados e suficientes quanto à mitigação de riscos que possam atingir a reputação do Conglomerado.

V - Estrutura de Gerenciamento de Capital

O Banco Rendimento possui estrutura de gerenciamento de capital em conformidade com as orientações constantes da Resolução nº 3.988/11, do Conselho Monetário Nacional.

A estrutura de Gerenciamento de Capital é responsável pelo monitoramento, planejamento de metas e controle do capital mantido pela instituição, bem como pela avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos em que a instituição esteja sujeita.

A partir das disposições constantes da referida Resolução, o Banco Rendimento passou a calcular índice de Basileia para valores projetados em um período de três anos (Plano Trienal de Capital), visando verificar se o seu nível estará adequado frente à situação futura, adotando uma visão prospectiva em relação às necessidades de capital. No Plano de Capital também são considerados os riscos não previstos nas metodologias de cálculo já regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil.

No primeiro semestre de 2015 foi realizada a revisão do Plano de Capital, elaborado no ano de 2014, tendo como premissas de análise a consistência da política de formação e suficiência do Patrimônio de Referência – PR do Conglomerado para o triênio 2015 a 2017.

27. Outras informações

A Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) devida pelas instituições financeiras de 15% (quinze por cento) para 20% (vinte por cento). A medida entrará em vigor em 1º de setembro de 2015 e produzirá impactos na tributação corrente e diferida da Instituição. O Banco calculou os efeitos de setembro a dezembro, através de projeções, que resultou em um acréscimo (despesa) da CSLL corrente de R\$ 1.973. No diferido, com base na média dos últimos 6 meses, R\$ 298 (receita).